

Senhores Jornalistas,

A Direcção da Organização Regional de Vila Real, reunida na passada semana, avaliou a situação política e social do Distrito e apontou linhas de orientação para o futuro. Das questões tratadas, salientar as que se prendem com a Saúde, Educação e Ensino, a Casa do Douro, a nova Lei dos Baldios e as alterações à Legislação Laboral.

Saúde

Há fortes indícios de movimentações que favorecem unidades Hospitalares Privadas da Região em detrimento dos Hospitais Públicos.

Enquanto isto, degradam-se os serviços prestados pelo Hospital de Chaves.

O excesso de Carga Horária que está a ser imposto aos Trabalhadores do Centro Hospitalar **de Trás-os-Montes e Alto Douro, para além de significar uma desvalorização salarial, traduz-se também numa inaceitável carga de esforço, reduzindo o tempo de descanso e de apoio à família** e a qualidade do serviço prestado.

A publicação recente da Portaria que reclassifica os hospitais do SNS, condicionando ainda mais o acesso aos cuidados hospitalares e para a degradação da prestação dos cuidados de Saúde.

Foi na defesa do SNS e de justas condições de trabalho que os Médicos do Distrito, participaram na Greve de 8 e 9 de Julho, com taxa de adesão semelhante às nacionais. **Saudamos a sua LUTA!**

Educação e Ensino

A DORVIR do PCP, alerta para o fecho de mais de uma dezena de escolas do 1º ciclo do ensino básico (13); 9 no concelho de Vila Real e 4 no concelho de Chaves, das 311 que o governo anunciou fechar no país no próximo ano lectivo justificando terem um número inferior a 21 alunos. Com todas as manifestações a que temos assistido dos pais e professores não corresponde há verdade e muito menos a questão da falta de condições visto estarem a encerrar escolas que foram intervencionadas há menos de 2 anos, com condições superiores àquelas que os alunos irão frequentar.

Não poderíamos deixar de referir as distâncias que os alunos terão de percorrer, o que, agravado com os horários dos transportes escolares, irão estar na escola por vezes das oito às dezoito.

Esta medida insere-se numa estratégia do Governo de encerramento de serviços públicos e de redução ao mínimo das responsabilidades do estado nas suas funções sociais, desrespeitando a Lei de Bases do Sistema Educativo esquecendo que tudo isto em nada contribui para uma boa relação pedagógica de proximidade essencial ao desenvolvimento harmonioso dessas crianças.

O encerramento dessas escolas irá contribuir significativamente para a intensificação da desertificação e despovoamento do mundo rural.

PCP, CONTRA A EXTINÇÃO DA CASA DO DOURO

Os Lavradores Durienses e a Região Demarcada do Douro vivem hoje grandes dificuldades, muito em consequência das políticas agrícolas aplicadas aos Vinhos do Douro e Porto e à Região Demarcada do Douro.

Nos últimos 12 anos, verificou-se um progressivo agravamento da situação com a redução dos preços na produção, a redução do benefício aos Lavradores e a consequente diminuição dos rendimentos dos pequenos e médios vitivinicultores.

A Região Demarcada do Douro tenha perdido, em receitas com os Vinhos Generoso e de Mesa, quase 1 Milhão de Euros, entre 2001 e 2013.

Esta situação tem originado fenómenos sociais lamentáveis numa região com um potencial rico! Assim, temos assistido ao ressurgimento da pobreza, ao abandono e ao deficiente granjeio das vinhas, ao despovoamento e desertificação (menos 10% da População), com consequências ao nível da degradação da Paisagem cultural, viva e evolutiva que caracteriza o Douro.

Degradou-se a situação, económica, financeira, associativa e até a imagem da Casa do Douro a limites extremos e impensáveis há poucos anos!

No essencial isto acontece devido à actuação premeditada de sucessivos governos que especialmente a partir de 1995 com a criação da CIRDA, retiraram à Casa do Douro os seus poderes públicos, históricos, como a distribuição do benefício (cartões), o controlo da comercialização da aguardente, a intervenção de último recurso na regularização dos mercados de vinhos de pasto e generosos, e com a espoliação do Cadastro Vitícola para a posse e uso, abusivos, do IVDP. Esta situação também originou gastos e perdas de receitas da Instituição dos quais nunca foi ressarcida.

A contínua perda de força institucional e económica da Casa do Douro, desequilibrou brutalmente a relação, secularmente difícil e conflituosa, entre as profissões – lavoura e comércio - prejudicando seriamente os pequenos e médios produtores que ficaram amarrados a cinco grandes grupos exportadores.

Originou-se, também, uma grave situação laboral aos trabalhadores da Instituição, os quais estão com vários meses de salários em atraso, o que é inaceitável.

Depois de anos de impasses, com responsabilidades políticas distribuídas por vários governos, **preparam-se agora para extinguir a Casa do Douro** e para colocar o seu valioso património, com destaque para o Stock de Vinhos do Porto, ao serviço dos grandes interesses económicos.

A DORVIR do PCP, critica a forma como o Ministério da Agricultura tem tratado a Casa do Douro, os Lavradores e a Região Demarcada do Douro;

Manifestamos ao Governo através do GP do PCP, a nossa oposição à extinção da Casa do Douro e consequentemente que considere medidas para a recomposição de atribuições e competências e funções públicas, nomeadamente o seu papel de legítimo representante da lavoura duriense na Comissão Interprofissional do IVDP;

Reclamamos do Governo que em efectivo diálogo com as Organizações representativas da Região Demarcada do Douro, particularmente aquelas que inequivocamente defendem a Casa do Douro como Associação Pública e senhora do seu Património que deve continuar a ser Património da Lavoura.

A DORVIR do PCP saúda a luta dos Vitivinicultores e da AVIDOURO em defesa dos interesses dos Lavradores Durienses e de toda a Região Demarcada do Douro.

Exorta a Direcção da Casa do Douro e o Conselho Regional dos Vitivinicultores e a CIM - DOURO, a manterem-se firmes na defesa dos interesses económicos e sociais do Douro, da dignidade e do património da Lavoura e dos Lavradores Durienses, na defesa da instituição Casa do Douro.

A DORVIR condena a proposta de alterações da Lei dos Baldios. A recente proposta de Projecto Lei do PSD e CDS/PP, discutida e votada na Assembleia da República, no pretérito dia 2 de Abril, é antes de mais, uma afronta à Constituição da República e uma provocação aos povos serranos e visa espoliar os compartes dos seus direitos históricos e constitucionais. **O que o Governo e os partidos que o sustentam na A.R. pretendem é transformar à propriedade comunitária dos compartes consagrados na Constituição da República, num simples património autónomo, entregando ulteriormente a gestão às Comunidades Intermunicipais.** Pretendendo desta forma descaracterizar os baldios enquanto bens comunitários, para posteriormente os atacar, os alienar e os extinguir. Pretendem ainda, alargar o conceito de comparte a todos os cidadãos da Freguesia, tornando propriedade comunitária propriedade pública da Autarquia. É mais uma inconstitucionalidade deste projecto, por atribuir direito aos baldios a quem os não tem ou pode não ter, segundo os usos e costumes, direito a eles.

O que estes partidos pretendem é uma monstruosidade legislativa e constitucional, semelhante à que o Salazar fez na década quarenta do século passado, quando roubou os baldios aos Povos e forçou a emigração massiva de grande parte dos agricultores e pastores da região.

Para o PCP este Projecto de Lei enquadra-se numa operação mais vasta de favorecimento das grandes empresas industriais da pasta de papel e celulose (Portucel e ALTRI), de que o Decreto-Lei 96 de 2013, que regula a Arborização e Rearborização no território nacional, justamente apelidada de lei da eucalptalização, é o mais evidente testemunho.

De facto, e estando este Decreto-Lei em apreciação Parlamentar, por iniciativa do PCP, não podemos deixar de sublinhar que, dando razão aos avisos e denúncias do PCP e de muitas organizações e entidades do sector, o balanço dos processos entrados no Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta, nos primeiros meses da sua vigência, não deixam margem para dúvidas: 91,6% dos processos e da área dizem respeito a novas plantações de eucalipto e apenas 8,4% são de outras espécies, 4,6% dos quais são de pinheiro bravo.

O PCP ao mesmo tempo que apela a que os povos serranos não se resignem nem deixem de lutar pela defesa do seu património, tudo fará para proporcionar a apreciação constitucional, caso este projecto seja aprovado na especialidade.

O Governo tem vindo a destruir sectores produtivos, a promover o desperdício dos recursos nacionais, a alienar empresas e sectores estratégicos, transferindo instrumentos de gestão e planeamento económico nacionais para a UE, tudo agravado com o Tratado Orçamental, originando estagnação e recessão económica, défices estruturais e público e dependência externa que fazem perigar a independência e soberania nacionais.

O estado de definhamento que a política de direita mergulhou o País e as medidas de “austeridade” que foram impostas para aumentar a exploração dos trabalhadores e o empobrecimento do Povo, agravaram todos os problemas sociais reflectidos num desemprego crescente e no alastramento, sem precedentes, da pobreza, da miséria e da exclusão social.

O Governo assumiu que não voltava a mexer na legislação laboral e mais uma vez mentiu! Acaba de publicar, uma nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, homologada pelo apoiante Presidente da República, que aumenta os tempos de trabalho e reduz o número de dias de férias, fomenta a precariedade laboral, aprofunda a destruição dos regimes contributivos e de carreiras, acentua a retirada de direitos aos trabalhadores e estabelece, ainda, uma panóplia de normas inconstitucionais que representam um grave retrocesso social.

No passado, outros Governos tentaram e não conseguiram. Também agora, os trabalhadores não vão deixar que os desejos deles se transformem em realidade. Por estas razões os trabalhadores vão continuar a lutar!

Tal como o colocou ao Presidente da República, para o PCP não há nenhuma outra saída digna e democrática que não seja a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições antecipadas.

No quadro das tarefas e linhas de orientação para os próximos tempos a DORVIR, salienta a importância particular da 38.ª Festa do «Avante!» que se realizará nos dias 5, 6 e 7 de Setembro de 2014 e destaca, no plano da actividade editorial, o lançamento do V tomo das obras escolhidas de Álvaro Cunhal, que reúne as contribuições no período de Abril de 1974 a Dezembro de 1975, as quais procuraremos apresentar no próximo mês de Setembro.

A Direcção Regional de Vila Real do PCP



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

DORVIR - DIRECÇÃO ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE VILA REAL

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Vila Real, 14 de Julho de 2014